

MAURICIO CAVALLAZZI PÓVOAS

MULTIPARENTALIDADE

A possibilidade de múltipla
filiação registral e seus efeitos

APRESENTAÇÃO
DR. ROLF MADALENO

PREFÁCIO
MINISTRO LUIZ FUX

2ª EDIÇÃO
REVISTA E
AMPLIADA



Florianópolis – 2017

Editora CONCEITO EDITORIAL

Presidente
Salézio Costa

Editores
Orides Mezzaroba
Valdemar P. da Luz

Coordenação Editorial
Lourdes Fernandes Silva

Capa e Diagramação
Paulo H. Benczik

Conselho Editorial

André Maia
Adriana Mildart
Aline de C. M. Maia Liberato
Carlos Alberto P. de Castro
Cesar Luiz Pasold
Diego Araujo Campos
Edson Luiz Barbosa
Fauzi Hassan Choukr
Jacinto Coutinho
Jerson Gonçalves C. Junior
João Batista Lazzari
Jonas Machado Ramos

José Antônio Peres Gediel
José Antônio Savaris
Lenio Luiz Streck
Marcelo Alkmim
Martonio Mont'Alverne B. Lima
Michel Mascarenhas
Renata Elaine Silva
Samantha Ribeiro Meyer Pflug
Sérgio Ricardo F. de Aquino
Theodoro Vicente Agostinho
Vicente Barreto
Vladmir Oliveira da Silveira
Wagner Balera

Catologação na Publicação: Bibliotecária Angela Schmidt CRB-14/1171

P879m

Póvoas, Mauricio Cavallazzi
Multiparentalidade - A possibilidade de múltipla filiação registral e seus efeitos /
Maurício Cavallazzi Póvoas – 2ª. ed. - Florianópolis: Conceito Editorial, 2017.
187p.

ISBN 978-85-7874-442-7

1. Multiparentalidade 2. Paternidade socioafetiva 3. Efeitos jurídicos
I. Título

CDU – 347.6

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo.
A violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e
na Lei de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

© Copyright 2017 Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Rua Hipólito Gregório Pereira, 700 – 3º Andar
Canasvieiras – Florianópolis/SC – CEP: 88054-210
Editorial: Fone (48) 9611-5911 – editorial@conceitojur.com.br
Comercial: Fone (48) 3240-1300 – comercial@conceitojur.com.br

www.conceitojur.com.br

1103986

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS	9
APRESENTAÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO.....	11
APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO	13
PREFÁCIO.....	15
INTRODUÇÃO	19

CAPÍTULO 1

O DIREITO DE FAMÍLIA E AS AÇÕES DE FILIAÇÃO	21
1.1. Breves considerações e histórico sobre o Direito de família	21
1.2. Da filiação e do reconhecimento dos filhos	29
1.3. As ações de filiação.....	32
1.3.1. O exame de DNA.....	32
1.3.2. Ação de Investigação de paternidade.....	35
1.3.3. Da presunção e da impugnação (ou contestação) da paternidade. Ação negatória e ação anulatória de registro civil: distinções e legitimidade	40
1.3.4. Ação de investigação/negatória de maternidade	47
1.3.5. O rito processual	49
1.3.6. As ações de filiação e a coisa julgada	49
1.3.7. A Lei 8.560/92 – Averiguação Oficiosa da Paternidade.....	54

CAPÍTULO 2

OS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA AFETIVIDADE.....	57
2.1. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana – Considerações gerais .57	
2.1.1. Aspectos Históricos e evolução do pensamento acerca da dignidade humana	58

2.1.2. Conceito de dignidade da pessoa humana.....	61
2.1.3. A Dignidade da pessoa humana como fundamento da República	63
2.1.4. A Dignidade da pessoa humana e sua aplicação concreta	65
2.2. O princípio da Afetividade - Considerações gerais	68
2.2.1. O conceito de Afeto	69
2.2.2. O afeto como princípio constitucional	71
2.2.3. A prova do Afeto	74
2.2.4. O Afeto e sua importância no Direito de Família.....	75
2.3. O princípio (ou doutrina) da proteção integral	81
2.3.1. Aplicação prática do princípio da proteção integral.....	83
2.4. O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente	85
2.4.1. Aplicação prática do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.....	86

CAPÍTULO 3

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A AFETIVIDADE COMO FUNDAMENTOS EM AÇÕES DE FILIAÇÃO	89
3.1. Considerações Gerais.....	89
3.2. A dignidade da pessoa humana e o afeto invocados pelo filho	90
3.3. A dignidade da pessoa humana e o afeto invocados pelo genitor afetivo	93
3.4. A dignidade da pessoa humana e o afeto invocados pelo genitor biológico	95

CAPÍTULO 4

A MULTIPARENTALIDADE E SEUS EFEITOS.....	97
4.1. A multiparentalidade: possibilidade de múltipla filiação como solução ideal.....	97
4.2. A necessidade e a importância do registro de nascimento multiparental.....	107
4.3. Os efeitos decorrentes da multiparentalidade	111
4.3.1. Efeitos da Multiparentalidade no parentesco	111
4.3.2. Efeitos da Multiparentalidade no nome.....	113
4.3.3. Efeitos da Multiparentalidade em relação à obrigação alimentar	114
4.3.4. Efeitos da Multiparentalidade em relação à guarda de filho menor	115
4.3.5. Efeitos da Multiparentalidade em relação ao direito de visitas ..	117
4.3.6. Efeitos da Multiparentalidade em relação aos direitos sucessórios	118

4.3.7. Como resolver as divergências entre os genitores	122
---	-----

CAPÍTULO 5

A MULTIPARENTALIDADE EM CASOS CONCRETOS – DECISÕES EM TODOS OS GRAUS DE JURISDIÇÃO	125
5.1. Casuística.....	125
5.2. Decisões em Primeiro grau de Jurisdição.....	125
5.2.1. Dupla paternidade em caso de “adoção à brasileira”.....	125
5.2.2. Dupla maternidade em ação de adoção, mantendo-se no registro o nome da mãe biológica falecida.	126
5.2.3. Dupla maternidade – manutenção da mãe biológica registral e inclusão no registro como mãe afetiva de uma tia que criou a autora	127
5.2.4. Dupla maternidade decorrente de casamento homoafetivo. Registro, também, do doador do material genético.....	128
5.2.5. Dupla maternidade. Inclusão da madrasta como mãe e manutenção do nome da mãe biológica falecida	129
5.2.6. Dupla maternidade decorrente de união homoafetiva. Manutenção do registro dos pais biológicos e inclusão da companheira (mãe afetiva).....	130
5.3. Precedentes dos Tribunais	131
5.3.1. Dupla maternidade decorrente de união homoafetiva. Possibilidade jurídica do pedido de reconhecimento de multiparentalidade.....	131
5.3.2. Dupla paternidade. Padrasto registrado como pai afetivo da enteada.....	133
5.3.2. Dupla maternidade. Madrasta registrada como mãe afetiva do enteado.	134
5.3.3. Dupla paternidade. Padrasto e enteado. Pedido negado.	137
5.3.4. Dupla paternidade reconhecida em investigação de paternidade. Inocorrência de decisão extra petita	138
5.3.5. Outras decisões	139
5.4. A dupla paternidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal – Repercussão geral 622 e Recurso Extraordinário 898060/SC.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS	149
ANEXO I	155
ANEXO II	163

ANEXO III	171
1. Histórico dos autos.....	174
2. Do recurso especial	176
2.1. Da alínea "a" do permissivo constitucional.....	176
2.2. Da alínea "c" do permissivo constitucional.....	178
2.3. Da duplicidade de pais (biológico e socioafetivo) no registro de nascimento do menor.....	179
3. Da conclusão	187